Bibliotecas do Colégio Pedro II – CPII: seu contexto na Educação Profissional e Tecnológica

Regina Pereira e Silva*
Leonardo Leônidas de Brito**

Resumo

Esta pesquisa busca analisar a percepção do Colégio Pedro II em relação à sua rede de bibliotecas, especificamente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Utilizou-se a documentação orgânica institucional, que é um elemento vital para a identidade, estruturação e operação na rede de ensino, especialmente nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs), sendo essencial na gestão dos órgãos e organismos a eles vinculados. A pesquisa constatou a ausência de menção das bibliotecas tanto nos documentos orgânicos institucionais quanto na gestão dos espaços bibliotecários, o que está relacionado às bases da EPT e visa um melhor ordenamento e administração desses espaços. Os resultados indicam a necessidade de conscientização dos servidores sobre as bases da EPT. Como a conclusão da pesquisa de um mestrado profissional exige a elaboração de um Produto Educacional (PE) aplicável em um contexto real de trabalho, foi proposta a construção de um workshop informativo. Este evento visa a formação contínua dos trabalhadores das bibliotecas do Instituto Federal (IF) analisado, promovendo a reflexão sobre como ser um agente multiplicador e motivador na disseminação de conhecimento e na construção de saberes, alinhado à perspectiva da formação integral do sujeito.

* Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica. Especialização em Gestão de Instituições Federais de Educação Superior. Especialização em Gestão Eletrônica de Documentos. Especialização em Organização de Acervos de Arquivos Museus e Materiais Iconográficos. Especialização em Educação Profissional e Tecnológica – EPT. Graduação em Biblioteconomia. Bibliotecária de referência na área de Ciências Sociais Aplicadas, com ênfase em Ciência da Informação. Gestora do GT - Grupo de Trabalho de gestão, organização e padronização dos processos informativos do SIBI/ CPII - Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro Segundo.

** Pós Doutor em Educação Profissional pelo IFRN. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Titular do Departamento de História do Colégio Pedro II (RJ). Vencedor do prêmio melhores teses do PPGH/UFF 2017. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado -PROFEPT). Coordenador Institucional Local do PROFEPT- CPII no biênio 2020- 2022. Reeleito para o biênio 2022-24. Membro do comitê gestor nacional do ProfEPT (2021-2023). Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Ensino (Pós Ensino - IFRN, UERN e UFERSA) - Mestrado e Doutorado. Líder do grupo de pesquisa Observatório do Projeja na rede federal. Membro do Conselho Editorial da Imperial Editora do Colégio Pedro II (2024-2026).

Abstract

This research aims to analyze the perception of Colégio Pedro II regarding its network of libraries, specifically in the context of Professional and Technological Education (EPT). It utilizes institutional organic documentation, which is a vital element for the identity, structuring, and operation within the educational network, especially in Federal Institutes of Professional and Technological Education (IFs), being essential in the management of the bodies and organizations linked to them. The research found the absence of mention of libraries both in institutional organic documents and in the management of library spaces, related to the foundations of EPT, aiming for better organization and administration of these spaces. The results indicate the need to raise awareness among staff about the foundations of EPT. As the completion of a professional master's research requires the development of an Educational Product (PE) applicable in a real work context, a proposal for an informative workshop was constructed. This event aims at the continuous training of library workers at the analyzed Federal Institute (IF), promoting reflection on how to be a multiplier and motivator in the dissemination of knowledge and the construction of knowledge, aligned with the perspective of the integral formation of the individual.

Palavras-chave: Documentos orgânicos. Formação continuada. Produto educacional.

Keywords: *Organic documents. Continuing education. Educational product.*

1. Introdução

Os Institutos Federais (Ifs), ou Institutos Federais de Formação, Ciência e Tecnologia, são instituições de ensino superior, básico e profissional especializadas na oferta de formação técnica e tecnológica, combinando conhecimento técnico e práticas docentes. Reconhecidos por sua missão de proporcionar educação de qualidade através da articulação entre ensino, popularização, pesquisa aplicada e inovação, a presença da biblioteca é estratégica para consolidar essa formação completa com foco na educação e inclusão social.

As bibliotecas atuam como mediadoras de informação, promovendo a formação integral dos alunos e atendendo às suas necessidades em diversos contextos, incluindo as características dos centros de aprendizagem da comunidade. Este artigo apresenta estudos realizados no ambiente do Colégio Pedro II, visando obter informações sobre as bibliotecas da rede SIBI/CP II, relevantes para a Educação Profissional Tecnológica (EPT), que busca instruir a formação do aluno e prepará-lo para o mundo do trabalho e a vida em sociedade.

Com base na análise dos documentos institucionais do Colégio Pedro II, nossa hipótese é que as bibliotecas são subestimadas em sua importância quando não recebem o reconhecimento necessário. Essa subestimação se manifesta na presença

limitada das bibliotecas ou em menções inadequadas nos documentos institucionais, refletindo uma visão restrita dos gestores sobre o potencial das bibliotecas no apoio às atividades acadêmicas.

O objetivo geral e específico foi definido para que se veja como a realidade documental orgânica confere a devida valorização desse órgão, e identificar as possíveis implicações de desvalorização. Além disso, propõem estratégias para realocação no contexto institucional da EPT, visando maior clareza do organismo inserido ao Colégio Pedro II, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Classificamos esses estudos como uma investigação exploratória e documental, apoiado em referências bibliográficas e documentos orgânicos institucional. A interação entre o Colégio Pedro II e os Institutos Federais no Brasil evidencia a importância decisiva para a compreensão das políticas educacionais e das transformações estruturais que moldaram a educação profissional e técnica no país.

Decidimos pelo Colégio Pedro II (CPII) como objeto de estudo por ser uma instituição secular e emblemática no cenário educacional brasileiro. Fundado em 1837, o Colégio Pedro II representa um marco na história da educação no país, contribuindo de maneira significativa para a formação de diversas gerações de estudantes, muitos dos quais se tornaram figuras influentes em várias esferas da sociedade brasileira. Sua longa trajetória e relevância histórica tornam-no um caso exemplar para a análise da importância das bibliotecas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

O estudo das bibliotecas do Colégio Pedro II destaca um aspecto crucial do compromisso institucional com a disseminação do conhecimento. Valorizar as bibliotecas, tanto na literatura especializada quanto nos documentos oficiais, evidenciou como esses recursos contribuem para uma formação educacional sólida e para a promoção da pesquisa acadêmica. Nesse sentido, a biblioteca não é apenas uma área física, mas um ambiente onde o saber é cultivado e compartilhado.

A pesquisa investigou os aspectos essenciais considerados nos documentos institucionais do Colégio em relação a um órgão/organismo¹ específico. Esses documentos abrangem a apresentação, planejamento, visibilidade, organização e valorização da biblioteca. O propósito é garantir que esses documentos, relevantes e funcionais, tenham a devida distinção no contexto do desenvolvimento educacional da Rede Federal, especialmente na área de Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

2. Metodologia

A pesquisa foi construída com base em uma abordagem bibliográfica e documental, destacando o papel central que a legislação institucional e os documentos

¹ Autores da área da Biblioteconomia, incluindo Ranganathan, tratam a biblioteca como um organismo vivo. Entretanto, a Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país e a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, menciona a importância das bibliotecas no contexto educacional, mas não as define explicitamente como “órgãos”.

oficiais desempenham na configuração e no desenvolvimento das instituições e de seus órgãos. A documentação orgânica institucional foi analisada após a equiparação do Colégio Pedro II (CPII) com os Institutos Federais no Brasil, pela Lei nº 12.677 de 2012, considerada um marco fundamental nesse percurso, refletindo as dinâmicas e os desafios enfrentados pela instituição ao longo dos anos.

Segundo Gil a (2007), a pesquisa bibliográfica oferece uma abordagem sistemática para investigar problemáticas que carecem de informações robustas. Ao buscar compreender a evolução do Colégio Pedro II, a metodologia adotada permitiu a análise de um vasto repertório de documentos e referências que, de outra forma, poderiam permanecer dispersos e subutilizados. Essa análise contribuiu para entender as mudanças propostas pela legislação, que impactaram profundamente não apenas o Colégio, mas toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT).

A metodologia adotada levou em conta a definição de Fonseca (2002, p. 32), discorrendo sobre a “pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas”. Utilizou-se um amplo espectro de fontes, desde livros até periódicos e trabalhos acadêmicos, garantindo a profundidade e relevância das informações obtidas. Na busca, recorremos a termos-chave como “Rede Federal EPCT”, “Institutos Federais”, “bibliotecas escolares”, “bibliotecas universitárias” e “Colégio Pedro II” em literatura específica, possibilitando um refinamento dos resultados, o que foi de extrema importância em uma pesquisa que aborda temas complexos.

Percebemos, nesse estudo, a ausência de uniformidade e a ampla versatilidade quanto ao uso das nomenclaturas relacionadas ao tipo de biblioteca que atende à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos IFs, conforme afirmam Santos; Hoffmann e Boccato (2011, p. 1). Por outro lado, essa variedade reflete a riqueza das abordagens metodológicas possíveis, permitindo que o pesquisador escolha a mais adequada em função dos objetivos de sua pesquisa.

Cabe enfatizar que, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental complementou a investigação ao analisar documentos legislativos, regimentos e pareceres, permitindo um entendimento mais completo sobre a estrutura normativa que permeia o Colégio Pedro II e os Institutos Federais. Isso possibilitou uma visão aprofundada das inter-relações entre a legislação e a prática educativa.

Gil b (2010) oferece diretrizes valiosas ao descrever a essência da pesquisa documental, que, embora se assemelhe à pesquisa bibliográfica, distingue-se pela natureza das fontes utilizadas. Dessa forma, a pesquisa documental possibilita o acesso a materiais que muitas vezes ainda não foram devidamente analisados, oferecendo novas oportunidades de interpretação e reflexão sobre o tema.

Agregar a pesquisa documental é vantajoso por diversos aspectos, destacando-se a ausência de custos significativos, a possibilidade de aprofundamento na leitura das fontes e a não exigência de aproximação física com os sujeitos da pesquisa.

Para entender a trajetória de consolidação da educação técnica e seu desenvolvimento no âmbito do Colégio Pedro II, com especial atenção ao papel da biblioteca nessa estrutura e como estão contempladas nos documentos internos, foi elaborado um arrolamento bibliográfico da história e da legislação pertinentes à Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil, além da análise da estrutura organizacional dos Institutos Federais.

A coleta de informações foi realizada em páginas oficiais do Colégio Pedro II disponíveis em rede, abrangendo um exame detalhado da legislação institucional emitida entre 2014 e 2024. O foco esteve em identificar referências à Educação Profissional e Tecnológica, além de examinar possíveis reestruturações ou reformulações relacionadas à gestão das bibliotecas, especialmente no que concerne ao Ensino Médio Integrado técnico e à graduação.

É necessário esclarecer que a Instituição Colégio Pedro II se manifesta e comunica suas atividades por meio de sua página digital. A vigência dos documentos foi prorrogada, conforme deliberado pelo Conselho Superior (CONSUP) no período da investigação desta pesquisa. Esta informação é relevante para compreendermos a dinâmica institucional que rege suas práticas

3. Referencial teórico

A história educacional do Brasil é marcada por profundas desigualdades e um legado de exclusão que remonta ao período colonial. Mesmo após a Independência, proclamada em 1822, o Brasil manteve uma estrutura econômica fragilizada, caracterizada pelo regime latifundiário, monocultura regional e pela exploração da mão de obra escrava.

Paula e Nogueira (2017) afirmam que o acesso à educação, mesmo reconhecido como um direito, era restrito a uma minoria privilegiada, perpetuando o analfabetismo e a falta de escolarização em um país com vastas desigualdades regionais e sociais e poucos investimentos na área da educação.

Apesar da obrigação de se criar escolas nas vilas e cidades, a realidade era de escassez de recursos para a formação de professores e construção de instituições de ensino. As estatísticas de analfabetismo nos anos do Império evidenciam a ausência de investimento, segundo Ferraro (2009, p. 135 - 136), refletindo uma sociedade que lutava para se modernizar enquanto enfrentava sérios entraves estruturais.

O Colégio Pedro II emerge nesse contexto histórico marcado por disparidades socioeconômicas e uma estrutura educacional que não atendia adequadamente às necessidades de todos os estratos sociais. Fundado em 1837, o Colégio apresentou uma proposta educativa diametralmente oposta ao Seminário de São Joaquim, educandário que tinha como alvo meninos de classes desfavorecidas.

Enquanto o Seminário buscava oferecer uma formação que desenvolvesse habilidades práticas e de ofício, o Colégio Pedro II estabelecia um modelo educacional voltado à nobreza e às classes mais abastadas, investindo em uma construção teórica

que excluía qualquer prática de trabalho manual, conforme mencionado por Mendonça (2013). A criação do CPLL foi estrategicamente pensada para ser um bastião da educação elitista no Brasil, inaugurando um ciclo educacional que, mesmo à distância do público, estabelecia um novo paradigma para o ensino secundário no país.

O Colégio não apenas ofereceu uma educação de qualidade, mas também consolidou uma referência que seria, ao longo do tempo, associada à formação de profissionais altamente qualificados e competentes para o mercado de trabalho, apesar de se destacar pela grande desigualdade socioeconômica entre seus alunos, refletindo a estrutura social da época.

O relato é de Doria (1937, p. 42), sobre a origem do modelo educacional do Colégio inspirado em instituições de ensino renomadas da Europa, como as da Holanda, Prússia e França, conhecidas por sua excelência educacional. Essa influência europeia não apenas moldou o currículo do colégio, mas também consolidou sua reputação como uma das mais respeitáveis instituições de ensino do Brasil, até os dias atuais.

O foco em uma formação clássica e humanística se traduziu em um currículo que incluía o estudo de línguas clássicas, como latim e grego, além de outras disciplinas modernas que visavam preparar os alunos para um mundo cada vez mais globalizado e complexo. A relação do Colégio Pedro II com as esferas políticas e administrativas também é digna de nota. Todavia, com o Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, o Colégio teve sua natureza jurídica alterada para a de autarquia federal, adquirindo, assim, liberdade administrativa e a capacidade de implementar suas próprias políticas internas.

Esse movimento, para Santos, Gracioso e Amaral (2018, p. 84), permitiu uma gestão flexível e eficaz, alinhando o colégio às exigências contemporâneas almejadas para a educação pública no Brasil. Foi benéfico a autonomia verificada ao Colégio Pedro II proporcionou a criação de uma administração com maior liberdade para promover sua missão educativa e gerir seus próprios recursos. O percurso do Pedro II continuou a evoluir ao longo dos anos. Em 2008, a promulgação da Lei nº 11.892 estabeleceu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formalizando uma nova fase na educação brasileira.

Esse movimento culminou, em 2012, na equiparação do Colégio Pedro II à condição de Instituto Federal, conforme o parágrafo único do Art. 4º-A e do Art. 13-A da Lei nº 12.677. Essa mudança não apenas enfatizou a busca pela excelência educacional, mas também reforçou a trajetória de autossuficiência que o colégio já vinha percorrendo. Dentro desta estrutura institucional, destaca-se a relevância das bibliotecas do Colégio Pedro II.

Miranda (2006), fala que as bibliotecas desempenham um papel crucial nas instituições educacionais, funcionando como órgãos auxiliares que operam em um sistema mais amplo, fundamental para poderem atender às expectativas e objetivos da instituição maior à qual estão vinculadas, alinhando às diretrizes e metas institucionais,

auxiliando na implementação de uma educação de qualidade. Embora vise preparar os alunos para o mercado de trabalho, sua abordagem não é mercadológica.

É fundamental, portanto, que a documentação institucional seja tangível e precisa, definindo não apenas o escopo de suas atividades, mas também legitimando seus serviços perante a comunidade educacional. A importância de tal documentação reside no fato de que, ao delinear responsabilidades e atingir um entendimento comum das metas e objetivos, a biblioteca pode alinhar suas práticas com as necessidades de seus usuários, maximizando a eficácia no atendimento e contribuindo para a formação integral dos alunos.

3.1. As bibliotecas do Colégio Pedro II

Historicamente, as bibliotecas estão engendradas pelo saber e pelo poder. De acordo com Vergueiro (1989) e Honorato e Nery (2017, p. 178), esse conjunto de saberes identifica o discurso:

[...] da política de instrução pública, saberes característicos da cultura pedagógica. Indica relações entre as prescrições legais e o vivido no cotidiano escolar, bem como apresenta a configuração de uma rede de agentes envolvidos em seu processo histórico.

Não foi diferente com a biblioteca do Imperial Colégio Pedro II. Santos (2011) descreve que o CPII foi instituído para ser um colégio modelo para as demais províncias, primando por estatutos organizacionais e programas de ensino de tradição clássica e humanística, buscando atender à elite nacional da época. Afirmando a criação de uma instituição padrão sob forte influência de países europeus, tendo como princípio norteador a universalização do Iluminismo e do progresso nacional, foi necessário que a nova instituição de ensino tivesse uma biblioteca constituída para auxiliar o corpo docente e garantir a formação intelectual e o exemplar desempenho escolar dos discentes.

Foi necessário existir a primeira Biblioteca do Colégio Pedro II, com acervos e estrutura objetivando atender às disciplinas que compunham os programas de ensino do Colégio na época. Inicialmente recebeu o nome de Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II, e é atualmente chamada de Biblioteca Histórica, referida desde a fundação da Instituição, guardiã de vários documentos relacionados à memória do CPII.

A primeira menção da biblioteca em documentos institucionais consta no primeiro Regulamento do Colégio Pedro II, no Capítulo XXIV, artigo n.146, assinado pelo ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Aborda a Biblioteca dispondo sobre os Estatutos, as diretrizes iniciais das atividades administrativas, decisões sobre a estrutura, finalidade e o funcionamento da Bibliotheca (*sic*) e das Colleções Scientificas (*sic*):

- Art. 146 – Haverá no Collegio uma biblioteca composta de livros escolhidos pelo Reitor, com aprovação do Ministro do Império.
- Art. 147 – O catálogo da Bibliotheca será feito em duplicata, ficando um dos exemplares em mão do Reitor para ser anualmente verificado pelo Vice-Reitor; e o outro será entregue ao Ministro do Império.
- Art. 148 – Um empregado debaixo da direção imediata do Vice-Reitor será incumbido pelo Reitor do cuidado da Bibliotheca.
- Art. 149 – Os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos empregados, debaixo de sua responsabilidade; e aos alunos por licença escrita do Vice-Reitor.
- Art. 150 – Nenhum livro poderá ser emprestado por mais de oito dias, a não ser renovado o pedido: quem tomar emprestado um volume, fica responsável pela obra inteira.
- Art. 152 – Do serviço destes Gabinetes poderá ser encarregado o mesmo Bibliotecário, ou outra qualquer pessoa.
- Art. 153 – Tanto o Guarda dos Gabinetes, como o Bibliotecário estarão sempre debaixo das ordens do Vice-Reitor.
- Art. 154 – O Ministro do Império organizará sobre informação do Reitor, a pedido dos professores, a lista dos objetos, que convier completar, adquirir, consertar ou substituir. (Brasil, 1837, p. 83-84).

Nesse primeiro regulamento do Colégio, datado de 1837, há menção da criação da biblioteca, enfatizando tópicos básicos para sua existência. No entanto, apresenta lacunas consideráveis onde o distanciamento das classes menos favorecidas é fortemente marcado, pois, apesar de o CPII ter como alvo os filhos das classes mais abastadas, o colégio também abrigava alunos menos favorecidos economicamente, conforme Dória (1997, p. 35).

Segundo Dória (*op. cit.* p. 251), na época da abertura do Colégio, ainda Externato, a biblioteca “como as demais dependências do edifício, ressentia-se da insuficiência do prédio, este longe de apresentar requisitos necessários ao cabal preenchimento de sua natureza e de seus fins”. O acesso a esse vasto campo destinava-se a um público específico, ou seja, professores e alunos, como um espaço sagrado do conhecimento erudito.

Os primeiros itens do acervo foram formados por compras, conforme consta em Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 3ª Sessão da 9ª Legislatura, pelo Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, publicado em 1855: “à biblioteca do colégio foi no referido ano aumentada com diversos livros que mandei vir de Portugal reclamados pelo Reitor, além de outros que se compraram para esta Corte” (Brasil, 1855, p. 74), e por doações do próprio Imperador e outros simpatizantes da causa.

4. Resultados e discursões

Para exercer sua capacidade e autodeterminação, cada Instituto Federal necessita de um conjunto de documentos legais, principalmente o Estatuto, que define as finalidades, características e objetivos da instituição (Heeren; Silva, 2019; Brasil, 2012). O Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta o planejamento da instituição para períodos estabelecidos, traçando objetivos, metas e missão. Já o Projeto Político Pedagógico Institucional aborda as políticas de ensino, programas, projetos e rotinas das atividades docentes, discentes e administrativas do Colégio Pedro II.

Nossa análise começa pelo Estatuto do Instituto Federal do CPII, que estabelece diretrizes e normas para o funcionamento da instituição, definindo estrutura organizacional, objetivos institucionais e regras administrativas, acadêmicas, patrimoniais e financeiras. O Estatuto atual, disponível na página oficial do CPII, data de 2020, com vigência até junho de 2024.

Os principais enfoques do Estatuto incluem a organização e estrutura da instituição, distribuição de responsabilidades, direitos e deveres dos membros, e segurança jurídica. Quanto à biblioteca, ela é uma unidade de apoio acadêmico e administrativo, subordinada à Diretoria de Assuntos Estudantis, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), conforme a PORTARIA 742/2024–CPII.

A PROEN é responsável por planejar, desenvolver, coordenar, supervisionar e acompanhar a execução de atividades das políticas de Ensino Básico nos diversos campi do Colégio Pedro II. No entanto, não foram encontradas atividades da PROEN relacionadas à normatização do trabalho das bibliotecas ou capacitação dos servidores.

Entre 2012 e 2022, foram implantados ou reafirmados campi como Caxias, Niterói, São Cristóvão III, Realengo e a biblioteca da pós-graduação. Observou-se a ausência de registro formal de ações ou capacitação pela PROEN para as equipes das bibliotecas.

Silva (2020), Oliveira (2019) e Santos (2021) destacam que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é uma ferramenta estratégica essencial para as Instituições de Ensino Superior (IES), promovendo um ambiente educacional que valorize a diversidade e o acesso equitativo aos recursos educacionais. O PDI do CPII não evidenciou menções significativas sobre a biblioteca, apresentando-a apenas como um recurso relevante, sem contemplar elementos essenciais para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem omnilateral.

O Regimento Interno do CPII detalha normas e procedimentos internos, mas não menciona a Rede SIBI/CPII. O Documento de Planejamento Estratégico define a missão, visão, valores, objetivos e metas do Instituto Federal, mas não expõe diretrizes objetivas para a estruturação e aquisição do acervo bibliográfico. O Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI) estabelece diretrizes pedagógicas, mas não inclui táticas para modernização das bibliotecas. O Plano de Ação anual define ações e projetos com base no PDI, mas o Estatuto do Instituto Federal não menciona orientações relacionadas às bibliotecas da Rede SIBI/CPII.

Também buscamos os regimentos aprovados e unificados das bibliotecas, independente do tempo de existência, os regulamentos dos sistemas integrados de bibliotecas, e o manual de processamento técnico das bibliotecas, que define as regras e parâmetros bibliográficos do acervo. Além disso, procuramos outros documentos constituídos de leis e normas relacionadas às bibliotecas, por entender que o CPII é uma instituição centenária, com bibliotecas existentes antes da criação dos Institutos Federais e posterior equiparação. No entanto, não localizamos qualquer informação oficial já concluída, sendo essa outra demanda a ser ajustada.

O quadro 1, a seguir, sintetiza os resultados encontrados, em cada documento do Colégio CP II.

QUADRO 1: Documentos Institucionais CP II

DOCUMENTO	OBJETIVO	INFORMAÇÃO ENCONTRADA
Estatuto do Instituto Federal	Estabelecer a estrutura organizacional, competências e funcionamento do Instituto Federal.	Não há menção referente à biblioteca. Quanto a EPT, menciona apenas a adequação do Colégio ditada pela Lei.
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Informar os objetivos, administrativos e educacionais da Instituição. Este documento pode incluir diretrizes específicas para o desenvolvimento e a manutenção das bibliotecas.	Apresenta a biblioteca pelo viés de estrutura física, sem nenhuma alusão à sua função pedagógica ou como órgão de apoio à cultura, pesquisa e extensão. A relevância das bibliotecas é exposta na promoção do conhecimento e da cultura; Informa necessidade de atualizar e enriquecer os acervos.
Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI)	Estabelecer a concepção, os princípios e as diretrizes pedagógicas que norteiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal.	Sugere a relevância das bibliotecas como órgão de apoio à cultura, pesquisa e extensão. Não há registro ou indicações de táticas de recursos a serem aplicados para a execução de modernização.

DOCUMENTO	OBJETIVO	INFORMAÇÃO ENCONTRADA
Plano Estratégico Institucional	Definir a missão, visão, valores, objetivos e metas do Instituto Federal para um período estipulado; Atualizar e enriquecer os acervos das bibliotecas e das salas de leitura.	Sugere aquisição de material bibliográfico que reflita os interesses informacionais, acadêmicos e científicos da comunidade acadêmica.
Estatuto do Instituto Federal	Estabelecer a estrutura organizacional, competências e funcionamento do Instituto Federal.	Nada mencionado referente a Central de bibliotecas ou Rede SIBI/ CPII

Fonte: o autor (2024).

5. Considerações finais

Este trabalho ponderou a percepção do Colégio Pedro II em relação à sua rede de bibliotecas, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), utilizando como base a documentação orgânica da instituição, considerando sua visão, valores, missão e prioridades. Destacamos que cultura organizacional influencia fortemente os valores e práticas formalmente reconhecidos e promovidos na instituição. Com a efetividade da EPT dependendo da colaboração de todas as partes envolvidas, a falta de reconhecimento dos órgãos pode prejudicar o desenvolvimento de práticas inovadoras no ensino.

A efetividade da Educação Profissional e Tecnológica em relação ao dever institucional das bibliotecas no Colégio Pedro II pode ser avaliada pela competência dessas bibliotecas em apoiar e enriquecer o processo educacional e formativo dos alunos e professores, por meio de recursos informacionais, espaços de estudo e apoio ao desenvolvimento de competências informacionais.

O reconhecimento é um fator-chave para incentivar comportamentos inovadores e espontâneos essenciais ao sucesso organizacional. Além disso comunicação clara e transparente são fundamentais para criar um ambiente no qual todos os membros se sintam valorizados e informados acerca dos objetivos institucionais.

As fontes consideradas não apresentaram informações adequadas para elucidar as questões vinculadas às fundamentações da EPT nos documentos, ou seja, os pontos relevantes que deveriam ter sido considerados ao estabelecer ou reconfigurar a biblioteca em seu significado na instituição. Alertamos aos gestores da instituição que

a ausência desses fatores, evidenciada pela omissão de organismos nos documentos institucionais, provoca desmotivação e desvalorização das contribuições realizadas.

Finalizando, é evidente a necessidade urgente de mudança cultural na instituição. Isso inclui a revisão dos documentos institucionais para garantir o reconhecimento adequado de todos os órgãos, implementando práticas de gestão que promovam a inclusão e valorização. Essas ações não apenas fortalecerão a cultura organizacional, mas também facilitarão a efetividade na EPT.

Referências

BRASIL. *Decreto de 2 de dezembro de 1837*. Converte o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. Coleção das leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, v.1, pt. 2, p.59-61, 1837.

_____. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 nov. 2024.

_____. *Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012*. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12677-25-junho-2012-613458-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

_____. *Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010*. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [2010]. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

_____. *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1855.

DORIA, E. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)*. 2. ed. Brasília, DF: INEP, 1997.

FERRARO, Alceu Ravello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

_____. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

HEEREN, J.; SILVA, A. Autonomia administrativa nos Institutos Federais: desafios e perspectivas. In: OLIVEIRA, F. M. (org.). *Gestão educacional: contextos e práticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

HONORATO, A. L. M.; NERY, A. D. *Ensino e mediação em rede: eixos de formação dos professores*. São Paulo: Editora Senac, 2017.

MENDONÇA, A. W. P. C. et al. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educação e Pesquisa [online]*. 2013, v. 39, n. 4, p. 985-1000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000400011> Acesso em: 18 jul. 2024.

MIRANDA, A. L. C. de. *Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática*. 2006. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/ciencia_informacao/BIBLIOTECA_UNIVERSITARIA_.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

OLIVEIRA, M. de. *Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. 143 p. (Coleção Didática).

PAULA, D. G. de.; NOGUEIRA, V. L. Escola pública e liberalismo no Brasil imperial: construção do estado e abandono da nação. *História da Educação*, v. 21, n. 53, p. 182-198, set. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/57191>.

RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da Biblioteconomia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

SANTOS, A. *Gestão Estratégica em IES: teoria e prática*. Editora Universitária, 2021.

SANTOS, B. B. M. dos. *O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II: a década de 1970: a história e os estudos sociais*. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2011.

SANTOS, C. A. S.; BOCCATO, V. R. C.; HOFFMANN, W. A. M. A atuação dos bibliotecários do Instituto Federal de São Paulo: uma perspectiva sociocognitiva do fazer profissional. In: CONGRESSO BRAILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. *Anais [...] Florianópolis: FEBAB, 2013*. Disponível em: 1480-1493-1-PB.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

SANTOS, M. A. B.; GRACIOSO, L. S. As bibliotecas dos institutos federais de educação: regulamentação e concepção. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. In: ENANCIB, 19., 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102495>. Acesso em: 14 ago. 2024.

VERGUEIRO, W. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis; APB, 1989.